

José Carlos de Azevedo

A história é antiga, ocorreu em 1867, foi mencionada numa tese de doutorado na Universidade de Sheffield (cf. B.F. Cosin, *Education: Structure and Society*, Penguin Books 1977) e tem a ver com as recentes medidas sobre mensalidades escolares.

Naquele ano, o encarregado da então colônia inglesa de Trinidad, enviou uma carta à Coroa analisando a proposta de utilizar recursos públicos para criar uma escola na ilha; disse ele: "Sempre considerei questionável que o povo em geral devesse ser obrigado a pagar pela educação dos ricos. Sem dúvida, é de grande importância para os pobres que os ricos sejam educados; se os colonizadores ricos não tiverem seus filhos educados sem que haja uma escola a paga com recursos públicos, pode ser admissível que deva ser criada uma escola para os ricos. Todavia, é uma observação tão velha quanto Adam Smith, que esse tipo de apoio é anódino para as instituições educacionais e que estas só permanecem conscientes e agéis quando o apoio que receberem depender de seus próprios esforços e dos clientes atraídos por sua reputação".

No Brasil, os estudantes se distribuem mais ou menos assim: no 1º e 2º graus, 25% (cerca de 11 milhões) frequentam as escolas particulares; no superior, 25% (cerca de 380 mil) frequentam as escolas públicas; o estudante destas escolas superiores, que vivem em greve, custa em média umas cinco vezes mais que o da mais

O público e o privado
CORREIO BRAZILIENSE

Educa cap

cara escola particular; o MEC gasta hoje mais de 80% de seus recursos orçamentários naquelas escolas e não poderá mais custeá-las dentro de alguns anos, tamanhos os desatinos ali cometidos, mais acentuados no último decênio; se as particulares fecharem por dificuldades financeiras, o que ocorre gradativamente, institucionalizar-se-á o caos. Em termos gerais, a rede pública de 1º e 2º graus está falida; em média, seus professores ganham menos de cinco vezes que os compromissados colegas das universidades e as disparidades de custos dos alunos é uma das maiores do mundo; o professor J.G. Langoni estimou-a em 60 vezes há mais de dez anos e hoje um bom palpite é o dobro disso, o que quer dizer um universitário grevista ocupa o lugar de 120 adolescentes. Explica-se, assim, também por que há tantos estudantes pobres sem escola e tantos menores ao léu, tão planamente mencionados por inescrupulosíssimos políticos que deles se lembram apenas em época de eleições. Há estados no Norte e Nordeste onde o investimento anual do Poder Público no aluno do 1º Grau é inferior ao

equivalente a dois pacotes de cigarros, desses mixurucas.

Tudo isso para dizer que a MP 524 que o presidente Itamar Franco baixou, com a melhor das intenções que sempre o movem, é anódina para a educação, para citar Adam Smith. Em primeiro lugar, agrava a transferência de recursos dos pobres para os ricos, que o zeloso escribe de Trinidad quis evitar; quando escolas particulares fecham as portas, o governo tem de ampliar a rede pública, há muito em deplorável situação. É o efeito perverso: querendo fazer o bem, o governo desencadeia o mal. Em segundo lugar, haverá reclamações no Judiciário, hoje soberano e independente, garantia maior do cidadão em qualquer nação civilizada, o que nos dá uma imensa saudade dos bons tempos dos bacharéis, quando as leis eram feitas por eles, e não por confusíssimos tecnocratas. O MEC, há muito, não tem a assessoria que lhe deve o espectador desengajado da educação nacional, o CFE, responsável maior por essa confusão.

Até que o governo desfaça esse nó, é prudente ficar distante de tal *imbroglio* que não tem como resolver com a isenção e justiça que pretende; é preciso mudar antes a Constituição-Felicidade, que dá gratuidade indiscriminada e agrava a vergonhosíssima transferência de recursos dos pobres para os ricos. Poderá depois reorganizar essas Augias nacionais, as universidades públicas, palanques para despreparados e grevistas que hostilizam os bons e competentes para garantirem assembleias cativas e seus contrache-

ques. Fazendo os ricos pagar as universidades, terá recursos para o ensino de base, para pagar melhor os professores e dar educação às crianças pobres, às quais o Brasil reserva a continuidade da pobreza e o que há de pior. Afinal, enquanto houver crianças fora das escolas de 1º e 2º graus, e o ensino superior público for tão custoso e tão inoperante, fica difícil explicar por que o governo devia exigir qualquer coisa da rede particular, incluindo a qualidade de ensino à qual deveria restringir-se.

Quando garantir, a todos os adolescentes, escolas públicas de qualidade, pagas pelos que puderem pagar e gratuitas para os demais; quando acabar com o festival de empregos no ensino superior, ampliar vagas e lhes cobrar produtividade de trabalhos de investigação e qualidade do ensino; quando acabar com essa farsa de eleição direta para reitores que, na melhor das hipóteses, seleciona o menos ruim dentre os piores — o governo poderá exigir qualidade da escola particular e quem sabe até atingir o ideal de muitos que ainda não sabem que o Muro de Berlim se esborrou: acabar com a escola particular. Até que isso ocorra, seria prudente seguir o conselho de H.D. Thoreau, (*On Civil Disobedience*): "That Government is best which governs least". Melhor governo é o que governa menos. Coisa que desejam todos os que confiam nas boas intenções dos governantes e almejam o melhor para o Brasil.

■ José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da Universidade de Brasília, é PhD em Física pelo MIT

**Já em
1867, um
súdito
britânico
achava
estranho o
povo
pagar pela
educação
dos ricos**